

**REQUERIMENTO**  
**(Dos Srs. João Alfredo e Ivan Valente)**

Solicita seja encaminhado à Sua Excelência o Senhor Antônio Palocci Filho, Ministro da Fazenda, pedido de informações, no âmbito do Banco Central, acerca de denúncias apresentadas pela Revista Carta Capital, nº 264 de 29 de outubro de 2003, sob o título “O BC e o jogo dos espelhos”.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro seja encaminhado à Sua Excelência o Senhor Antônio Palocci Filho , Ministro da Fazenda, pedido de informações, no âmbito do Banco Central, acerca de denúncias apresentadas pela Revista Carta Capital, nº 264 de 29 de outubro de 2003, sob o título “O BC e o jogo dos espelhos”.

Solicito que as informações prestadas esclareçam o processo de definição mensal das taxas básicas de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

É verdade que o Banco Central se reúne com consultores privados, conforme relata a referida matéria ?

Se verdadeira a assertiva anterior, quem participa e com que freqüência dessas reuniões ?

As reuniões são públicas ou privadas ?

Qual o critério de convite para tais reuniões ?

**Justificação**

A matéria denuncia o funcionamento de um clube fechado, formado por cidadãos e instituições que influem na decisão dos juros no Brasil. A matéria vai mais além e afirma que, nesse clube o jogo termina por ser de mão dupla... “Quem concede informações, pistas e conselhos termina, ao curso da conversa, por recolher informações, análises e pistas de igual importância”. Isto nos causou estranheza já que o setor financeiro teve um lucro de mais de seis bilhões em 2002.

A lista dos influentes, segundo a revista, é formada por um seleto grupo de consultores, a maioria economistas com passagem pelo governo federal e que prestam, atualmente, serviços a instituições financeiras privadas. O problema é que tais

reuniões não costumam ter divulgação. Os próprios executivos afirmam, também na matéria, que quem conduz as reuniões são os grandes bancos e que o Banco Central não é capaz de tomar uma medida sequer sem o respaldo de tais instituições. Esta observação é pertinente para um raciocínio: a defesa da autonomia do Banco Central como forma de insular a instituição dos lobbies políticos e privados, merece, por precaução, um amplo debate na sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2003

João Alfredo  
Dep. Federal - PT/CE

Ivan Valente  
Dep. Federal - PT/SP